O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

OLGA PAZ ZULIANI SANTOS

RESUMO:

Este trabalho de pesquisa intitulado "O ensino da Língua Portuguesa para alunos com necessidades especiais" objetiva analisar os desafios e dificuldades encontradas no ensino da Língua Portuguesa para os alunos com necessidades especiais. A educação inclusiva assegura o acesso e a matrícula na escola regular de ensino, mas ela realmente propicia o ensino-aprendizagem para alunos especiais? A partir deste questionamento, busca-se compreender como dar um atendimento educacional eficaz da Língua Portuguesa para os alunos com necessidades especiais, resultando em um aprendizado eficaz e inclusivo. Outrossim, objetiva-se verificar quais as estratégias e metodologias utilizadas pelos professores, especialmente no tocante a leitura e a escrita, e compreender a amplitude do processo de ensino-aprendizagem na escola, voltado para uma aprendizagem ativa, que responda às diferenças sociais e individuais dos educandos. Este estudo realizar-se-á por meio de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Ensino. Aprendizagem. Língua Portuguesa. Necessidades Especiais.

INTRODUÇÃO

A educação é o principal alicerce da vida social, ou seja, pressupõe-se que todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais especiais, tenham o mesmo direito de acesso à escolarização.

No desempenho dessa função social transformadora, o estudo da Língua Portuguesa, por meio da leitura e da escrita, tem papel fundamental na vida de todos. A capacidade de comunicação é o que possibilita a todos os indivíduos viver em sociedade e a escola tem papel de destaque neste processo, visto ser o lugar adequado para o aprendizado.

O desafio a ser enfrentado no ensino da língua portuguesa na educação especial diz respeito à construção de sistemas de ensino que propiciem condições de atender bem a diversidade dos seus alunos e possibilitem estratégias para que o aluno consiga se desenvolver dentro de suas limitações e de forma autônoma.

Buscando refletir sobre as causas do ensino da Língua Portuguesa para alunos com necessidades especiais ser uma área conflitante e entendendo que a qualidade do ensino que o aluno experimenta na escola exerce um papel preponderante na formação do seu desempenho comunicativo, este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar o processo do ensino da Língua Portuguesa para alunos com necessidades especiais dentro das escolas regulares, refletindo sobre o papel da escola/professor no processo ensino-aprendizagem.

O tema escolhido é objeto de discussões nos mais variados contextos sociais, sempre relacionado ao enfoque dado as condições de ensino e como cabe a escola e ao professor responder aos desafios que lhe são colocados, ou seja, como ambos podem atender de maneira significativa as necessidades educativas dos alunos especiais.

O objetivo geral do presente projeto visa verificar como se dá o ensino da língua portuguesa para os alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Além deste, como objetivos específicos, busca-se analisar as estratégias utilizadas, especialmente no tocante a leitura e a escrita, para alunos especiais no meio escolar; analisar as dificuldades encontradas que impossibilitam um aprendizado eficiente; e verificar quais procedimentos, em relação ao ensino da Língua Portuguesa para alunos especiais, que propiciem o ensino/aprendizado da língua portuguesa de forma mais eficiente.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca entender as dificuldades encontradas no ensino da língua portuguesa para alunos com necessidades especiais. Tendo como pressuposto que os alunos não estão aprendendo a ler e escrever com eficácia, faz-se necessário verificar que tipo de dificuldade de aprendizagem que os alunos encontram, diagnosticar os fatores que contribuem para o insucesso do ensino da língua portuguesa, compreender como isso afeta o conhecimento do aluno e analisar quais estratégias usar para sanar essas dificuldades.

Nesse processo, deve-se analisar qual o desempenho da escola, responsável pela gestão dos serviços educacionais, na organização de um planejamento estratégico para a implantação de processos da educação inclusiva.

Este tipo de pesquisa envolve o levantamento bibliográfico, visando proporcionar um maior conhecimento acerca de determinado assunto. Para complementar a parte teórica, a abordagem a ser utilizada neste projeto será a abordagem qualitativa. Outrossim, além dos autores referenciados, poderão também, ser consultados livros, revistas, artigos entre outros itens de referências, como por exemplo endereço eletrônico.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS ESPECIAIS

No processo de ensino aprendizagem, espera-se que o aluno domine o discurso nas diversas situações comunicativas e é fato que, a leitura e a escrita, são partes fundamentais de um mecanismo inclusivo, interativo e educacional.

Nesse sentido, ao ensinar a Língua Portuguesa para alunos especiais, deve-se levar em conta o objetivo a ser alcançado, o conteúdo a ser abordado e a didática a ser trabalhada. O estudo da língua deve oferecer meios para que o aluno saiba lidar com as diversas situações em que se depare no processo do ensino-aprendizagem, além de possibilitar condições que promova a participação social do mesmo no exercício da cidadania. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura (MEC, 1998, p. 19).

O ensino da Língua Portuguesa, tema de diversos debates educacionais, é motivo de constante preocupação no meio escolar. Diretores, coordenadores e professores aliam esforços no sentido de reverter o quadro precário do ensino na escola. Essa é uma tarefa árdua e depende de muita dedicação, preparo e competência do professor. Ele deve estar propício a trabalhar com as condições e as diversidades encontradas na sala de aula.

Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem. (MEC, 1998, p. 22)

Baseado nisso, surge a necessidade de o professor e da escola se adequarem aos novos tempos e aos valores sociais, destacando-se a importância do ensino da Língua em níveis e etapas da educação escolar, de modo que garanta recursos e serviços educacionais para todos os alunos.

Para Possenti (1996, p.13) "Talvez deva repetir que adoto sem qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido".

O autor defende ainda que, para um aprendizado eficaz da língua, faz-se necessário ler e escrever constantemente nas aulas de Português. Segundo o mesmo "Ler e escrever não são tarefas extras que possam ser sugeridas aos alunos como lição de casa e atitude de vida, mas atividades essenciais ao ensino da língua" (POSSENTI, 1996. p. 16).

Portanto, é através da leitura e da escrita que se consegue maiores resultados no desenvolvimento sistemático da linguagem, além de promover o processo de compreensão do texto. Cabe então ao professor utilizar novos métodos de forma a incentivar a leitura, bem como despertar o interesse e a vontade de escrever, isto é, ele deve transformar a sala de aula em um local propício para que todos construam os seus conhecimentos.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 82), método é "o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista".

Nesse contexto, os métodos são as ações de ensino desenvolvidas pelo professor, organizadas de maneira a atingir os objetivos propostos em relação ao aprendizado. No meio educacional, é cada vez mais comum as pesquisas realizadas sobre uma educação diferenciada e profícua para o aprendizado e entende-se que essa demanda vem contribuindo para a qualificação dos profissionais da educação, em vários campos de atuação. A possibilidade de utilizar métodos mais eficazes sai do campo de pesquisa acadêmica e passa a fazer parte do trabalho diário do professor em sala de aula.

O professor, assim, deve refletir sobre a sua prática e direcioná-la, segundo seu conhecimento, no desenvolvimento do aprendizado. A ele cabe a tarefa de verificar as necessidades e dificuldades apresentadas pelos alunos e proporcionar meios de favorecer a adaptação e a integração dos mesmos, tanto para o ensino comum quanto para o especializado.

Baseado nos pressupostos da Constituição Federal de 1988, o artigo 205 prevê o direito de todos à educação e o artigo 208 prevê o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação

Básica "os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades" (MEC, p. 14, 2001).

Nesse contexto, o sistema de ensino

deve oferecer aos indivíduos uma educação de qualidade e possibilitar meios de adaptação, tanto no mercado de trabalho, como no meio social, independentemente das limitações de cada um. Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,

Um projeto pedagógico que inclua os educandos com necessidades educacionais especiais deverá seguir as mesmas diretrizes já traçadas pelo Conselho Nacional de Educação para a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação profissional de nível técnico, a educação de jovens e adultos e a educação escolar indígena. Entretanto, esse projeto deverá atender ao princípio da flexibilização, para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos discentes, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar. (MEC, p. 33, 2001)

Assim, o domínio da língua é fundamental para que a participação social seja efetiva. É através da linguagem que o homem consegue se comunicar e partilhar suas opiniões e a literatura, aliada a gramática, fornece possibilidades de ampliar a sua visão de mundo.

Gurgel (1999, p. 210) traz uma reflexão sobre a inclusão social e como a leitura propicia o conhecimento essencial para discutir a realidade do mundo, partilhar sentimentos, pensamentos e interesses. Segundo a autora é "através da leitura, portanto, reconhecemo-nos parte da humanidade e não seres isolados e somos capazes de tecer a própria individualidade a partir do e com o outro".

Deste modo, a escola ainda é o lugar que tem o compromisso de ensinar a escrever e a ler, e a sala de aula, com a ajuda e orientação do professor, é o local para desenvolver o entendimento do que está sendo aprendido.

Ao exercer o hábito da leitura, o aluno se familiariza com o código escrito, facilitando o processo de escrever, resumos, redações entre outros, e isso reflete de maneira positiva em outras disciplinas escolares, pois a leitura e a escrita são os alicerces da aprendizagem escolar. E não há maneira de desvincular o aprendizado da leitura. Ela tem o importante papel no incentivo e desenvolvimento da imaginação e da criatividade.

Diante do exposto, conclui-se que o primordial em uma sala de aula, onde há alunos especiais e não especiais, não seja trabalhar somente o método tradicional do ensino de português, onde as tarefas parecem ter sido retiradas de manuais de "como ensinar", mas planejar situações onde todos possam participar de atividades motivadoras e, ao mesmo tempo, conceber seu aprendizado de maneira individual.

A sociedade brasileira vive um momento cultural de valorização das demandas de inclusão e aceitação nas diversas instâncias sociais. Na perspectiva de atuar na educação inclusiva de alunos com necessidades especiais, tem-se solicitado reformas na sua estruturação pedagógica do ensino. Frente a essa demanda, a implementação das políticas públicas de educação e formação de professores vem desencadeando o processo de acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais ao currículo escolar e às classes comuns nas escolas públicas, através de práticas pedagógicas que considerem suas diferenças de aprendizagem.

Em 1996, foi promulgada A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), cuja finalidade foi estabelecer diretrizes universais junto aos órgãos de educação, objetivando práticas educativas que visem à inclusão social no processo de ensino e aprendizagem.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996)

É com essa perspectiva que o sistema de ensino está organizado, de modo a servir como fonte de referência, de consulta e de conteúdo para reflexão e debate. Essas ações são importantes, pois possibilitam aos educadores assimilar conceitos, construir significados e conhecimentos de modo a planejar e articular o ensino, considerando as diversas possibilidades de educacionais. Diante do exposto,

A formação dos profissionais de ensino, porém, de maneira geral, não se esgota na fase inicial, por melhor que essa tenha se processado. Para aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, atenção especial deve ser atribuída também à sua formação continuada, de acordo com os princípios de atenção à diversidade (MARTINS, p.32, 2009)

Dessa maneira, é relevante destacar a importância de se implementar políticas públicas de educação especial e inclusão escolar, posto que os professores, em sua

maioria, revelam receio ante a inclusão, justificado pela falta de capacidade para lidar com alunos com necessidades especiais.

Para Miranda e Filho (2012, p.33) a educação inclusiva deve se dar na escola como um todo, a fim de que todos os alunos possam ter acesso as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Segundo a autora,

Dessa forma, realça que não apenas o professor precisa estar preparado para a atuação com a diversidade do alunado, no cotidiano da escola, mas todos os profissionais que ali atuam. A formação permanente, pois, é um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, frente aos alunos sob sua responsabilidade em classe e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se apresente, oferecendo-lhes condições de atendimento educacional que sejam adequadas às suas condições e necessidades e, não apenas, realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar.

Nesse sentido, o professor exerce um papel imprescindível no processo de transformação social, e por meio desta, a inclusão social, com a participação dos indivíduos especiais na sociedade como um todo, ou seja, em todos os espaços de interação humana. Ele deve estar atento às normas e leis referentes ao processo de ensino e aprendizagem, no quesito inclusão.

O professor de língua portuguesa deve participar, coordenar e orientar atividades que envolvam outras disciplinas e, por consequência, trabalhar junto a outros professores e lidar com saberes diversos. O ensino da língua deve considerar as relações que se estabelecem entre as diversas áreas de conhecimento. Os trabalhos escolares interdisciplinares ajudam o educando a entender a inter-relação dos saberes e a importância da contribuição de todos os envolvidos no cumprimento de tarefas concernentes ao processo de ensino e aprendizagem.

Freire (1996, p. 18) afirma que: "É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática". Ou seja, o professor deve repensar o seu próprio discurso teórico e aliar isso a uma reflexão crítica no intuito de melhorar o seu método de ensino.

Portanto, como já citado, despertar o interesse pela leitura é fundamental para que o aluno consiga desenvolver seu aprendizado e poder interagir socialmente no mundo. Além disso, o professor de Língua Portuguesa deve colocar em prática, a leitura e a escrita, de modo a proporcionar ao aluno condições para que ele se torne um indivíduo independente e atuante na sociedade.

Assim, o professor deve conduzir o ensino para que o aluno com necessidades especiais possa tornar-se agente capaz de ler e produzir conhecimentos significativos que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades.

Nesse cenário, compete ao professor aprimorar o conteúdo abordado nas aulas de português, tornando-as diferentes e inovadoras, de modo que o aluno veja a leitura de uma maneira prazerosa de conhecimento e não como uma mera obrigação escolar.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por ações de recolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, do esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (MEC, p. 20, 2001).

Deste modo, mais do que levar conhecimento, o educador deve elaborar, planejar, organizar e realizar projetos no intuito de possibilitar aos alunos com necessidades especiais, um aprendizado de qualidade. Cabe a ele trazer para a sala de aula um ensino que seja relevante, funcional e contextualizado, e que desperte no aluno algum tipo de interesse em aprender.

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A dificuldade de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, sempre foi motivo de preocupação por parte de professores e coordenadores escolares. Não é de hoje que se ouve reclamações do corpo docente sobre as dificuldades em dar continuidade a um plano de trabalho, devido à falta de maturidade na leitura e compreensão de texto por parte dos alunos. Tal fato sinaliza a necessidade de revisão do sistema educacional por parte das autoridades competentes.

Possenti (1996, p.12) ressalta que deve haver uma revolução no ensino e "No caso específico do ensino de português, nada será resolvido se não mudar a concepção de língua e de ensino de língua na escola (o que já acontece em muitos lugares, embora às vezes haja discursos novos e uma prática antiga) ".

Reconhecer que o ato de saber ler e escrever não é uma tarefa simples, e que demanda atenção e condições sobre como aprimorar a questão do letramento do alu-

no. Muitos docentes ensinam a gramática como um acervo de nomenclaturas a ser memorizado, quando na realidade ela deveria servir aos objetivos do entendimento e da construção textual. A falta de capacitação leva o professor a ofertar um ensino medíocre para o aluno, sem o aprofundamento teórico acerca da linguagem.

Neste último item, faz-se necessário que o professor se atualize e invista nos programas de capacitação e qualificação, afinal ele é o responsável pela educação e pelo desenvolvimento intelectual do aluno. Outrossim, a ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das necessidades especiais, o não reconhecimento das potencialidades dos alunos e a não flexibilização do currículo educacional, são outras dificuldades encontradas que distanciam as práticas pedagógicas das necessidades reais dos educandos em relação à inclusão. De acordo com Miranda e Filho (2012, p.140, Org.)

A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. A inexistência desta formação gera o fenômeno da pseudo inclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo.

Para a inclusão social ser eficiente, não basta somente garantir o acesso dos alunos especiais à escola regular, faz-se necessário que a ação pedagógica da escola inclusiva requeira do professor o conhecimento teórico e metodológico, visando ofertar novas formas de ensino para o aprendizado de todos. Ou seja, o que se observa é que os alunos estão na escola regular apenas para atender uma demanda legal, sendo amparados por profissionais e professores sem competência para oferecer um ensino de qualidade.

Segundo Possenti (1996, p. 16)

As razões podem ser de ordem metodológica (pedagógica) ou decorrentes de valores sociais complexos. Alguns desses empecilhos podem ser destruídos na própria escola. Outros, não. Alguns dos problemas que levam ao fracasso têm a ver com a forma como se concebem a função e as estratégias do ensino de língua. A única opção de uma escola comprometida com melhoria da qualidade do ensino está entre ensinar ou deixar aprender... qualquer outra implica em conformar-se com o fracasso ou, pior, em atribuí-lo exclusivamente aos alunos.

Nesse caso, a relação pedagógica, professor e conteúdo, destaca-se como ponto crucial no ensino e aprendizagem destes alunos. Espera-se do professor uma postura pedagógica onde ele tenha o domínio do conhecimento, ou seja, que ele saiba ensinar bem, que explique com clareza e que demonstre paciência. Além disso, o professor deve propiciar um trabalho interdisciplinar, ou seja, promover, coordenar e orientar as atividades que envolvam outras disciplinas e, por consequência, atuar com outros professores e trabalhar com saberes diversos. Assim, se estabelece o ensino da língua portuguesa em diversos campos de conhecimento.

Então diante disso, percebe-se o quanto é importante que o professor de língua portuguesa consiga superar as dificuldades e encontrar soluções significativas que favoreçam a inclusão. As pessoas portadoras de necessidades especiais, em muitos casos têm uma capacidade maior de resposta do que o esperado, surpreendendo os profissionais que trabalham com elas.

Por fim, deve-se considerar outros fatores que influenciam no desempenho do aprendizado e inclusão educacional, como os aspectos educacionais e econômicos. Para um Para que um aprendizado seja eficaz não basta que a escola siga as orientações dos PCN's fornecidos pelo MEC, faz-se necessário que essas mesmas orientações se adaptem a vivência social e afetiva do aluno.

POR UM ENSINO DE QUALIDADE

A prática da leitura possibilita estimular e organizar o pensamento de forma muito peculiar, porque o ato de escrever desenvolve a capacidade de criação e torna as ideias concretas.

Deste modo, conclui-se que o ensino da Língua Portuguesa, ênfase na escrita e na leitura, é a base de todo o processo de ensino-aprendizagem, em conformidade com um conjunto de conteúdos e metodologias, que norteiam os verdadeiros caminhos do conhecimento.

As mudanças no ensino da língua portuguesa requerem, antes de mais nada, que o professor de português repense sua postura em relação ao ensino e na sua formação docente. A capacidade de formar cidadãos ativos e participantes na sociedade, requer uma postura diferenciada, mediada pelo conhecimento e pelas novas concepções de ensino.

Miranda e Filho (2012, p.154) destacam,

Entende-se a necessidade e urgência da formação docente, tendo em vista que a inclusão requer não somente a inserção do

aluno com deficiência em sala de aula, mas uma educação onde são respeitadas as diferenças e peculiaridades de cada indivíduo, buscando assegurar para todos os alunos o direito de aprender.

Por fim, a ideia de inclusão pela educação não é viável, se não houver a participação de todos os envolvidos no processo educativo, ou seja, os governos, as escolas, os professores, as famílias e a comunidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o foco do presente trabalho foi o ensino da Língua Portuguesa para alunos com necessidades especiais, buscou-se entender como dar um atendimento educacional eficaz para os alunos especiais.

Para isso, trouxe-se à baila uma síntese de como a Língua Portuguesa evoluiu do Latim até os dias atuais. Constatou-se que desde a época colonial, a educação no Brasil não atende as expectativas educacionais, esbarrando em vários fatores que agravam um ensino de qualidade para todas as crianças.

Logo após, foi feita uma pesquisa baseada nos objetivos, geral e específicos, desta pesquisa. No que se refere ao sistema educacional, verificou-se que existe uma política de inclusão escolar e social, que exerce papel fundamental ao assegurar a todos os alunos o direito de acesso à educação na rede regular de ensino. Outrossim, essa política determina que as escolas devem se adaptar para atender as diferenças e estabelecer diretrizes universais junto aos órgãos de educação, cujo papel principal é a inclusão social no processo de ensino e aprendizagem.

Apesar disso, notou-se que assegurar o acesso à escola regular e atribuir papeis para o professor e para o aluno não propicia o aprendizado. Nessa direção, observou-se a importância em reconhecer as possibilidades e as limitações dos alunos de uma sala de aula, com deficiência ou não, para que eles possam receber um atendimento diferenciado, respeitando-os e atendendo-os como cidadãos capazes, dentro de uma sociedade igualitária.

Além disso, constatou-se a mérito da capacitação dos professores, especialmente o de Língua Portuguesa, visto que a disciplina é base de todo um processo para o ensino de outras matérias. A preparação do professor requer que os saberes linguísticos estejam atrelados aos saberes didáticos-pedagógicos. A falta de preparo impossibilita o professor de adquirir o conhecimento e saberes necessários para um ensino de qualidade.

Para atender bem aos alunos, no geral, faz-se necessário que a escola reorganize os espaços físicos, de modo que a infraestrutura seja adequada e que garanta a locomoção de todos com facilidade, conforto e segurança. Ademais, o uso do material inadequado, os métodos mecânicos de ensino e o desuso do sistema LIBRAS são outros fatores que impedem que o aprendizado se realize. Assim, averiguou-se um dos objetivos específicos deste projeto que foi "analisar as dificuldades encontradas que impossibilitam um aprendizado eficiente".

Em suma, pode-se dizer com clareza que o ensino da Língua Portuguesa para a o aluno especial, é um desafio constante para todos os profissionais da educação e para a sociedade em geral.

Diante do cenário da escola inclusiva, a educação ficou com um papel pautado na cooperação, na criatividade, na reflexão crítica, na solidariedade e preparada para atender a uma diversidade maior de alunos. Sabe-se que a educação inclusiva é um dos desafios que a escola enfrenta e, em face de tantas outras demandas, deve responder.

Enfim, constatou-se que ensinar o Português para crianças com necessidades especiais, é inclui-los, não somente na escola, mas em um contexto mais amplo que é a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal,

Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2023.

GURGEL, Maria Cristina Lírio. Leitura: representações e ensino. In: VALENTE, André (Org). Aulas de português: perspectivas inovadoras. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vo-

zes, 1999.

MIRANDA, Therezinha G.; FILHO, Teófilo A. G. (Org.) O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. – Salvador: EDUFBA, 2012.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras Associação de Leitura do Brasil, 1996. (Coleção Leituras no Brasil)

SILVA NETO, Serafim. História da Língua Portuguesa. 4 ed rio de janeiro. Presença: Brasília INL 1986.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TEYSSIER, Paul. História da língua portuguesa. 2. ed. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins, 2014.